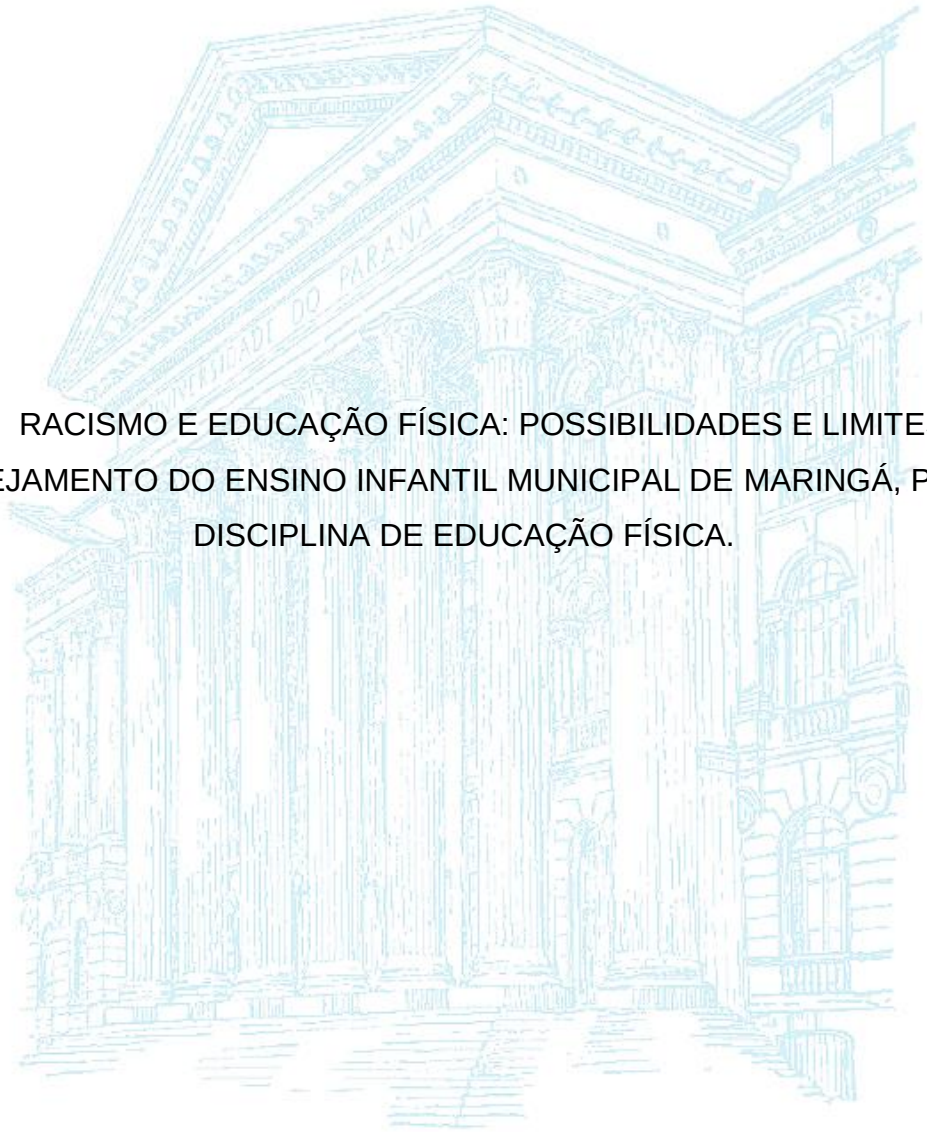
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANA VIEIRA MARQUES



RACISMO E EDUCAÇÃO FÍSICA: POSSIBILIDADES E LIMITES DO PLANEJAMENTO DO ENSINO INFANTIL MUNICIPAL DE MARINGÁ, PARA A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

ITAMBÉ
2016

JULIANA VIEIRA MARQUES

RACISMO E EDUCAÇÃO FÍSICA: POSSIBILIDADES E LIMITES DO PLANEJAMENTO DO ENSINO INFANTIL MUNICIPAL DE MARINGÁ, PARA A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Gradação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Prof. Mauricio Polidoro

ITAMBÉ
2016

RACISMO E EDUCAÇÃO FÍSICA: POSSIBILIDADES E LIMITES DO PLANEJAMENTO DO ENSINO INFANTIL MUNICIPAL DE MARINGÁ, PARA A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Juliana Vieira Marques[1]

Mauricio Polidoro[2]

RESUMO: Este artigo foi desenvolvido com base na análise de documentos/bibliografias sobre a questão do racismo – que se caracteriza como uma variação do preconceito – na escola, especificamente, com o planejamento da disciplina de Educação Física infantil do município de Maringá. O planejamento tem como alvo atender alunos de quatro e cinco anos. Desta forma, o objetivo geral do estudo foi verificar o tratamento das temáticas racismo e consciência negra junto ao planejamento da disciplina nos centros municipais de educação infantil do município. Seus limites e possibilidades situados em nosso momento histórico, observando apontamentos de organizações internacionais e nacionais, bem como a literatura atual que evidencia o negro como ser histórico ativo nas mais variadas lutas sociais, para além da liberdade e igualdade racial. Essa pesquisa se caracterizou como qualitativa quanto à abordagem; documental e bibliográfica, pois, foi desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Palavras–chave: racismo; educação física; planejamento

Abstract: This article was developed based on analysis of documents / bibliographies on the issue of racism - characterized as a variation of prejudice - in school, specifically, with the planning of child discipline of Physical Education of the city of Maringa. Planning targets students attend four-five years. Thus, the overall objective of the study was to investigate the treatment of thematic racism and black consciousness with the discipline of planning in municipal centers of municipal early childhood education. Its limits and possibilities situated in our historical moment, watching notes of international and national organizations, as well as the current literature that highlights the black as being active history in various social struggles, in addition to freedom and racial equality. This research is characterized as qualitative as the approach; documents and literature, as it was developed based on material already prepared, consisting mainly of books and scientific articles.

[1]Possui graduação em licenciatura plena pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é professora da disciplina de Educação Física – Prefeitura de Maringá; E-mail: ju_markes@hotmail.com
[2]Possui graduação Licenciatura e Bacharelado (2009 e 2010) em Geografia, Especialização em Análise e Educação Ambiental em Ciências da Terra (2010) pela Universidade Estadual de Londrina e Mestrado em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (2012). Atualmente é professor adjunto (D3) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. E-mail: mauricio.polidoro@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo foi desenvolvido com base na análise de documentos sobre a questão do racismo na escola, especificamente, com o planejamento para a disciplina de Educação Física do município de Maringá. Desta forma, o objetivo geral do estudo foi verificar o tratamento da temática racismo/consciência negra no planejamento da disciplina de Educação Física (EF), dos centros municipais de educação infantil do município de Maringá.

A NECESSIDADE DE SE DISCUTIR O RACISMO NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS BRASILEIRAS.

Falar sobre o racismo no século XXI ainda é necessário e se justifica devido à temática ser latente e constituir diversas formas de violência contra seres humanos, na maioria dos espaços em que constituímos relações sociais. Basta observamos algumas noticias em revistas[3] que trazem dados relevantes sobre a questão em referencia. As mulheres e os homens negros no Brasil ainda enfrentam demasiada desigualdade. São os negros as maiores vítimas da violência e os que sofrem mais com a pobreza. Eles também têm pouca representatividade nas esferas políticas e tem renda média muito menor que a dos brancos[4]. Com relação a homicídios, Ramos (2012) destaca que:

> A cada nova divulgação dos dados sobre homicídios no Brasil a mesma informação é dada: morrem por homicídio, proporcionalmente, mais jovens

[3] Como exemplo a Revista EXAME nos aponta: – "8 dados que mostram o abismo social entre negros e brancos". Disponível em <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/8-dados-que-mostram-o-abismo-social-entre-negros-e-brancos>. Acesso em 10 nov. 2015.

[4] Os dados desagregados por cor ou raça permitem analisar a situação da população em vários campos da vida social. Nesse sentido, verifica-se que, em diferentes dimensões, a população negra, apesar dos avanços dos últimos anos, permanece em situação muito mais vulnerável. Enquanto os negros enfrentam mais dificuldades de acessar o mercado de trabalho, uma vez ocupados usufruem de condições diferenciadas, sendo maioria em posições mais precárias, auferindo remuneração inferior – em média pouco mais da metade da população branca. Conseqüentemente, a mesma desvantagem é verificada no acesso à proteção social (2009, p. 68-69). Situação Social Brasileira: monitoramento das condições de vida *2.* Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15429&catid=267>. Acesso em 25 jan. 2016.

> negros do que jovens brancos no país. Além disso, vem se confirmando que a tendência é um crescimento desta desigualdade nas mortes por homicídios. O diagnóstico produzido pelo Governo Federal apresentado ao Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE mostra vetores importantes desta realidade, para além dos socioeconômicos: a condição geracional e a condição racial dos vitimizados. Em 2010, morreram no Brasil 49.932 pessoas vítimas de homicídio, ou seja, 26,2 a cada 100 mil habitantes. 70,6% das vítimas eram negras. Em 2010, 26.854 jovens entre 15 e 29 foram vítimas de homicídio, ou seja, 53,5% do total; 74,6% dos jovens assassinados eram negros e 91,3% das vítimas de homicídio eram do sexo masculino. Já as vítimas jovens (ente 15 e 29 anos) correspondem a 53% do total e a diferença entre jovens brancos e negros salta de 4.807 para 12.190 homicídios, entre 2000 e 2009. Os dados foram recolhidos do DataSUS/Ministério da Saúde e do Mapa da Violência 2011.

A questão do racismo vem sendo amplamente discutida no mundo, por meio de produções científicas, conferências, documentos, reportagens de órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas – ONU[5], a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura – UNESCO[6], o Banco Mundial - BM[7], instituições de ensino em todos os níveis, e especificamente no Brasil, em diversos setores e documentos nacionais, após o ano de 2003 com a publicação da lei 10.639/03, que alterou a Lei no 9.394/96. A lei 10.639/03 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", dando outras providências. Já a lei 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A lei 10.639/03, não foi sancionada por mero acaso. O processo de disseminação de documentos sobre a questão do racismo teve como ponto decisivo o ano de 2003 quando o governo federal brasileiro aprovou a Lei nº 10.639, que obriga a inserção nos currículos escolares, das escolas públicas e particulares, de conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileiras nas salas de aula.

No entanto, percebe-se também que essa discussão ocorre com fundamentação central nas orientações das organizações internacionais que objetivam demonstrar/orientar a sociedade civil como esta deve combater o racismo.

---

[5] ONU - III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, Durban – África do Sul.

[6] A Coleção Educação para Todos, lançada pelo Ministério da Educação e pela UNESCO em 2004.

[7] Para além dos campos, o racismo é inimigo de milhões na América Latina. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/news/feature/2014/05/02/racismo-enemigo-millones-brasil-america-latina>. Acesso em 25 jan. 2016.

E, neste caso, a ONU - tem sido a principal organização mundial no debate sobre o racismo.

A III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na cidade de Durban na África do Sul em 2001 pela ONU, deu origem a um importante documento com teor declaratório/programático com vistas a "extinção" do racismo no mundo.

Devemos salientar que além dos discursos e documentos elaborados em âmbito internacional, é notória a eficácia do conjunto de lutas sociais, que historicamente se constituiu/constitui no Brasil, frente o combate ao racismo, sendo também, fator determinante para o resultado positivo no que compete à elaboração e aprovação de leis anti-racistas em nosso País.

O racismo, segundo Carrara (2009, p. 192), "é uma doutrina que já chegou a ter estatuto de teoria cientifica, mas que continuou vigorando como senso comum mesmo tendo sido amplamente contestado pela ciência contemporânea". Para Moura (2014), o racismo é fruto das sociedades escravistas, uma arma de dominação que ainda é necessária aos moldes de prevalência e domínio do capitalismo. De acordo com Callinicos (2000, p. 8):

> (...) o racismo tal como o conhecemos hoje desenvolveu-se nos séculos 17 e 18 para justificar o uso sistemático do trabalho escravo africano nas grandes plantações do 'Novo Mundo' que foram fundamentais para o estabelecimento do capitalismo enquanto sistema mundial. O racismo, portanto, formou-se como parte do processo através do qual o capitalismo tornou-se o sistema econômico e social dominante. As suas transformações posteriores estão ligadas às transformações do capitalismo.

Tendo em vista o contingente de ataques racistas que noticiam nos jornais e outros meios de comunicação[8], em nosso dia a dia; a produção cientifica[9] em

[8]A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) publicou recentemente matéria (por Mariana Tokarnia) em seu site com a seguinte manchete: "Racismo prejudica produção cientifica de pesquisadores negros no Brasil". Disponível em: <http://www.ebc.com.br/educacao/2015/05/racismo-prejudica-producao-cientifica-de-pesquisadores-negros-no-brasil>. Acesso em 10 out. 2015. No portal R7 temos também a seguinte constatação por meio de matéria de conteúdo jornalístico: "Denúncias de racismo no Brasil dobraram nos últimos anos. Em 2011, a Secretaria de Igualdade Racial registrou 219 denúncias, em 2013 foram 425". Na mesma publicação nota-se que, "Apesar do aumento, são poucos os casos que chegam às instâncias superiores da Justiça, como o STF (Supremo Tribunal Federal). Em sua grande maioria, as vítimas preferem fazer acordos com os agressores ainda na Justiça de primeira instância". Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/denuncias-de-racismo-no-brasil-dobraram-nos-ultimos-anos-30082014>. Acesso em: 05 out. 2015.

[9] Temos como exemplos, os seguintes autores, documentos internacionais e nacionais em que a questão do racismo vem sendo abordada: BORGES, Edson, MEDEIROS, Carlos Alberto e D´ADESKY, Jacques. Racismo, preconceito e intolerância. 2009. BRASIL. Educação anti-racista:

diversas áreas sobre as questões étnico-raciais; a elaboração de documentos e diretrizes para diversas instituições de cunho educativo, dentre eles a escola; é que se objetivou neste estudo verificar o tratamento dos temas racismo/consciência negra no planejamento da disciplina de Educação Física (EF), dos centros municipais de educação infantil do município de Maringá.

Das questões envolvidas com a temática "racismo", sociedade, educação e educação física, buscar-se-á levantar breve análise frente à conjuntura social geral e a conjuntura mais especifica do município de Maringá. Assim, compreender e avançar nas análises, junto o trato dado à temática racismo/consciência negra - existente ou não - no planejamento da disciplina de educação física dos Centros de Municipais de Ensino Infantil (CMEIs) do município de Maringá.

Essa pesquisa se caracterizará como qualitativa quanto à abordagem, pois, segundo Dalfovo, Lana e Silveira (2008) "não é traduzida em números, na qual pretende verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador". Minayo (1998, *apud* Davok e Ohira, p.8, 2008) advogam que os estudos qualitativos respondem a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Isto é, penetram no universo dos comportamentos, atitudes e valores subjacentes ao objeto e ao contexto pesquisado, buscando o significado de variáveis que não podem ser reduzidas à quantificação. Bibliográfica e documental, pois, segundo Davok e Ohira (2008, p. 9), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Objetivam análise de diferentes aspectos acerca de um problema, bem como ideologias.

---

caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. 2005. CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. *In:* MUNANGA, Kabengele. Superando o Racismo na escola. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada; Alfabetização e Diversidade. 2005. MOURA, Clóvis. Racismo: arma de dominação. *In.* Princípios: Lula x FHC.1994.PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano: pobreza, racismo e violência. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2005. MOURA, C. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: 2 ed. Ed. Anita Garibaldi. 2014.

O PLANEJAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ.

A rede municipal de educação do município de Maringá, atualmente, atende cerca de 33.270 alunos que estão matriculados na educação infantil e no ensino fundamental. Estudos mais profícuos foram desenvolvidos, posterior ao ano de 2006, pela secretaria de educação (SEDUC) de nosso município, com vistas à produção do currículo da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Dentre os muitos documentos estudados pela (SEDUC) podemos evidenciar os seguintes: Currículo: processo histórico e concepções de Tomaz Tadeu da Silva. 2004; Coleção Indagações sobre Currículo. MEC, 2007; Currículo Básico para Escola Pública. SEED. 1990; Orientações para a (re) elaboração, implementação e avaliação da Proposta Pedagógica na Educação Infantil. SEED, 2006; Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil. vol. 1 e 2. MEC, 2006; Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. vol. 1, 2 e 3. MEC, 1998; Ensino Fundamental de Nove anos: orientações pedagógicas para os anos iniciais. SEED, 2010; Parâmetros Curriculares Nacionais. MEC, 1997; Provinha Brasil: matriz de referência para avaliação de Alfabetização e do letramento inicial. MEC, 2009/2011a; Provinha Brasil: matriz de referência para avaliação da Alfabetização Matemática inicial. MEC, 2009/2011b; A criança de seis anos, a linguagem escrita e o Ensino Fundamental de nove anos: orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade, de Francisca Izabel Pereira Maciel, Mônica Correia Baptista e Sara Mourão Monteiro, 2009.

Com base nesses documentos e nos demais estudos realizados, a SEDUC de Maringá produziu o “CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL” publicado no ano de 2012. A partir desse documento diretivo, é que os planejamentos do ensino infantil e fundamental são fundados. No documento as questões pertinentes a inclusão e a diversidade aparecem, também, como objetivos a serem alcançados, frente à questão da igualdade.

> A partir de uma conduta inclusiva, as escolas devem valorizar as diferenças dos estudantes e a diversidade humana, oferecer recursos que enriquecem o desenvolvimento de todos que convivem no meio escolar. É necessário propiciar oportunidades de participação e aprendizagem de cada aluno na

> escola, nesse sentido, a eliminar barreiras que afetam esse processo de mudança em direção à inclusão de modo que o aluno supere as dificuldades (MARINGÁ, p. 59).

Atentemo-nos, de forma mais específica, ao que compete a EF enquanto componente do conjunto de conhecimento que escola deve ofertar. Embasados no currículo do município, temos o seguinte excerto, no que tange a disciplina:

> "(...) ao entender que a criança integra determinado grupo social considera-se que sua educação é mediada por relações simbólicas. Essas relações são marcadas por elementos políticos, econômicos, éticos e estéticos como: classe, gênero, **etnia, raça**, religião, profissão dos pais etc., os quais configuram as especificidades do grupo social a que pertence. Em síntese, no contexto sócio-histórico ao qual a criança está inserida, esta se apresenta como um sujeito que produz e é produzida pela cultura e o movimento do corpo poderá ser entendido como forma de expressão de significados da cultura a qual pertence. Sendo assim, a educação escolar se constitui o meio privilegiado para o conhecimento, ressignificação e sistematização das relações simbólicas que a criança integra" (MARINGÁ, 2015, grifo nosso).

Como exposto acima, conclui-se que nossos alunos/as são pertencentes a grupos sociais distintos (ex. religiosos, ateus, estudantes, militantes entre outros) e que a diversidade deverá ser tratada como "premissa" para a composição do conhecimento da educação escolar, especificamente, da disciplina em questão.

Após observarmos que as "palavras" **raça e etnia** são expostas como parte das relações simbólicas apreendidas pela criança, podemos observar, também, o trato com essas questões junto ao planejamento da EF. A disciplina em questão compõe as seguintes seriações: infantil 4 – que atende alunos que estão com a faixa etária variável entre três e quatro anos; e infantil 5 – que atende alunos que estão com faixa etária variável entre quatro e cinco anos.

O planejamento da disciplina é dividido por semestres. No ano de 2015 o documento em referência obteve os seguintes conteúdos para o 1º semestre: Esquema Corporal; Tônus, Postura e equilíbrio; Lateralidade; Orientação espacial; Orientação temporal; Linguagem musical; Linguagem gestual; e corpo e seus cuidados (Higiene pessoal/vestimentas). No segundo semestre, os seguintes: Esquema Corporal; Tônus, Postura e equilíbrio; Lateralidade; Orientação espaço – temporal; Linguagem musical - fontes sonoras (instrumentos musicais); e linguagem gestual.

A partir dos conteúdos, o planejamento é organizado por “prática social inicial”, “problematização”, “instrumentalização”, “catarse” e “prática social final”. No campo “instrumentalização” observa-se a aplicabilidade das atividades e práticas da EF. É neste campo que se sugere as brincadeiras, cantigas de roda, atividades e práticas possíveis a cada conteúdo.

Obviamente o planejamento não limita o professor a propor novas atividades e práticas desde que estejam de acordo com o conteúdo proposto, entretanto, nesse contexto de proposições e possibilidades, muitos dos elementos dispostos para instrumentalização dos conteúdos ficam a desejar no que tange a temática racismo e consciência negra.

Esta constatação é dada quando se observa apenas **uma** cantiga de roda “Escravo de Jó”[10] presente no planejamento que “possibilitaria” uma breve discussão com as crianças, bem como uma prática de reconstrução da atividade com vistas ao protagonismo do afrodescendente e da cultura africana. Não há mais nenhuma atividade ou brincadeira que proporcione uma prática com elementos mais afirmativos da existência e da importância do negro no Brasil. Segundo Netto (2012):

> Um conceito que têm vigorado há muito tempo nos círculos dos movimentos negros, e há pouco tempo na academia no Brasil, é o de Consciência Negra, entendida como possibilidade de as pessoas negras se situarem no tempo e no espaço social, entendendo os processos de geração das desigualdades sociais que se apoiam na etnia/cor. A problemática se estabelece na medida em que, apesar de muito debate sobre Consciência Negra, pouco se produziu sobre tecnologias educacionais para o seu desenvolvimento.

O planejamento da EF em nosso município não aborda, minimamente, as questões referentes à diversidade, no que tange a questão do racismo e da consciência negra. Neste sentido, após a constatação de que há lacunas para o trabalho docente com os conteúdos e elementos da cultura corporal, é que se pode dialogar sobre práticas corporais (elementos da cultura corporal), que possibilitem o empoderamento do negro brasileiro.

A questão da formação de professores permeia, indissociavelmente, o campo da educação/educação física como um eterno ciclo, por isso, se faz necessário a constante formação em temáticas que são atuais e ao mesmo tempo “antigas”, como a diversidade. No mais, trabalhar com a questão da consciência negra,

[10]Cantiga de roda qual não tem uma origem definida; há muitas versões sobre seu significado.

mesmo com crianças de zero a cinco anos, se faz pertinente, pois, desde que a vida é gerada no ventre materno, o ser humano inicia seus processos de apreensão, maturação, sociabilidade entre outros.

Entendendo que a EF tem papel significativo na construção do ser social, pois, transmite conhecimentos historicamente acumulados, é que se argumenta em defesa de práticas corporais que empodere o negro a se sentir sujeito histórico dessa sociedade. No sentido de compreender o papel da disciplina no contexto educacional, observamos que a EF em toda sua historia com a educação brasileira, se constituiu cientifica e historicamente, para legitimar discursos, práticas racistas. Entretanto, é possível entender que os momentos políticos/sociais se alteram, e com isso, por volta do ano de 1960 à disciplina em questão acompanhou o desenvolvimento social, jurídico, político e econômico que permearam a questão racial no Brasil; desta forma, produzindo conhecimento e objetivando a igualdade em todos os espaços.

Análises e críticas foram realizadas no que competia a EF em seus primórdios no espaço brasileiro. A disciplina atendia objetivos eugênicos e higienistas. Guiraldelli Jr (2003) nos aponta que na história temos a presença de pelo menos cinco tendências da Educação Física no Brasil: higienista, militarista, pedagogicista, competitivista, e, por fim, a popular[11]. Entre o início do século XIX, até o século XX (1930), se fez presente no Brasil a tendência higienista. Tendência que justificou por muito tempo, em conjunto com o culturalmente padronizado a educação brasileira, práticas de origem eurocêntrica, em detrimento das de origem africana, como exemplo: a capoeira, que deixou de ser uma “prática” ilegal posterior ao ano de 1912. De acordo com Rodrigues (2010):

> Nesse ínterim, destacar-se-á os ideais político-ideológicos que permeavam a sociedade brasileira pré e pós-abolicionistas, procurando evidenciar o modelo eugênico fortemente incorporado às aulas de Educação Física – por meio da higienização do corpo –, ancorado na falácia positivista da *mens sana in corpore sano,* habitante contumaz da matriz curricular da área, eficazmente amalgamada ao ideário docente e, paulatinamente, acoplada ao senso comum como *idéia chave* do que seria Educação Física Escolar.

Partindo do pressuposto que a EF tem produzido, nas ultimas décadas, conhecimento com vistas ao empoderamento do negro, para além dos limites

[11]A denominação e a conceituação de tais tendências não são consensuais em nossa área.

territoriais brasileiros, observemos o seguinte excerto que referencia a capoeira, conforme Bonfim (2010):

> A prática da capoeira não se restringe a mais uma atividade física dentro da escola, somos necessariamente levados a debater o seu teor político, socializador e promotor da igualdade racial, na medida em que promove a integração dos sujeitos numa perspectiva homogenia e harmoniosa consigo e com o próximo. Essa capacidade atende aos anseios da Lei 10.639 promulgada em 2003 com o objetivo de reparar um erro histórico frente à história e as práticas culturais da comunidade negra africana e brasileira. A capoeira é fruto dessas práticas culturais, advém de referenciais negros e de trocas simbólicas fortemente marcadas pelas condições de vida desumanas as quais o negro no Brasil foi submetido.

No conjunto de elementos das aulas de EF para educação infantil do município de Maringá, é que situamos dinâmicas e aulas com a presença de brincadeiras, cantigas, como exemplo as seguintes: “Não ao Preconceito”; “Projeto Griô: contação de histórias africanas; “Toque no cabelo e a representação das sensações com massinha”; “Confecção de bonecos negros”; “Confecção de cartazes – recorte, pintura e colagem - com fotos de revistas que tratam da diversidade étnica brasileira e a cultura do negro”; “Construção de uma máscara africana com saco de pão; “Construção e de um tabuleiro do jogo Kalah – feito com caixa de ovos (um jogo de tabuleiro que veio da África que simula o plantio de sementes, desenvolvendo a atenção e a concentração da criança).

> “A ausência de uma educação anti-racista favorece a construção de identidades e personalidades problemáticas: a negação pelas crianças em brincar com outra só porque ela que é “diferente”, ou seja, negra; crianças negras negando a beleza de sua pele e de seus cabelos e, desejosas de ser e ter a pele e o cabelo do outro, não negro; crianças questionando a não existência de princesas negras, uma vez que as monarquias admiradas, ensinadas e reverenciadas cotidianamente, excluem a realeza negra” (SILVA, 2015).

Retomando a questão da formação do professor, não se pode esquecer que os pequenos aprendem com o exemplo dos adultos. Capacitar professores para lidar com a diversidade é fator essencial. Observemos o seguinte:

> (...) a direção da EMEI Aricanduva, em São Paulo, capacitou a equipe para lidar com a diversidade. Antes, só algumas professoras trabalhavam a questão, por meio de projetos específicos. Hoje a diversidade é contemplada em todo o currículo. "Um resultado prático é que, agora,

> crianças negras que se retratavam como brancas nos desenhos passaram a usar lápis marrom e preto", comemora a coordenadora Cleide Andrade Silva (MARTINS, 2009).

Quando se observa um resultado como o acima exposto, compreendemos o quão poderosa é a instrumentalização do professor, este que é mediador do conhecimento e dos conflitos rotineiros. As constatações diárias do professor, e não somente dele, no que tange a existência das diversas manifestações do preconceito, se fazem pertinentes, pois, é a partir do dinamismo de nossas experiências que se busca mais elementos no combate as inúmeras aparências do preconceito, este que faz inúmeras vitimas em todo mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi observada a relevância em conhecer e compreender as nuances acerca do racismo, consciência negra que se encontram arraigados em nosso cotidiano social. Compreender que não basta constarmos a existência de preconceitos seculares e sim buscarmos ações em todos os espaços sociais, aqui intimamente ligados ao ambiente escolar, com vistas a extinção do racismo. Através do levantamento bibliográfico de artigos científicos, jornais e revistas, pôde-se observar que nossas relações estão inundadas pela presença do racismo, e da invisibilidade do negro e toda sua cultura.

O nosso intuito foi contribuir com todos os interessados no estudo e na pesquisa do preconceito racial e do racismo, transmitidos pelos processos de sociabilidade que atingimos na contemporaneidade, especificamente, no âmbito educacional. Mais ainda, dentro da área de conhecimento da disciplina, que oferece por meio da cultura corporal, um conjunto de conhecimento que contribui com o combate a desigualdade racial, com vistas a suprimir o “erro” histórico frente ao complexo cultural da comunidade negra africana e brasileira, da forma mais ampla e completa possível, também, no que confere a diversidade humana.

No mais, avançar em termos reais no que se refere ao planejamento escolar da EF infantil do município de Maringá, sempre com o objetivo de superar o que já temos dado como suficiente e aceitável sobre as questões da diversidade, do negro

no Brasil. É indispensável à reflexão da sociedade quanto à questão do negro como produtor da cultura afro-brasileira. Esta que foi naturalizada como primitiva e inferior, gerando assim, muitos mais que complexos psicológicos nos descendentes das etnias de origem africana.

Longe de esgotar as discussões e produções científicas que enalteçam a importância do negro em nosso constructo social, entendemos que este trabalho, bem como a EF, tem papel pertinente e fundamental no que confere a situar o negro/todos como seres históricos que possuem poder inestimável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONFIM,S. G. C. **A prática da capoeira na educaçã**o física e sua contribuição para a aplicação da lei 10.639 no ambiente escolar: a capoeira como meio de inclusão social e da cidadania. 2010. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conece/3conece/paper/viewFile/2379/975> Acesso em 02 jan. 2016.

CALLINICOS, A. **Capitalismo e Racismo**. 1993. Disponível em: <http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudepopnegra/ALEX%20CALLINICOS_Capitalismo%20e%20Racismo.pdf>. Acesso em 15 nov. 2015.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008.

DOMINGUES, P. **Movimento Negro** Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Biblioteca eletrônica Scielo, v.12, nº 23, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>. Acesso em: 15/07/2015.

GUIRALDELLI JR., Paulo. **Educação Física progressista, a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira**. 8ª ed.São Paulo: Loyola, 2003.

LESSA, S. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
MARINGA, PREFEITURA MUNICIPAL DE. Educação física: 2o semestre. Secretaria da Educação. Diretoria de Ensino. Gerencia de Educação Infantil. Assessoria Pedagógica de Educação Física. Documento não publicado. 42p. 2015.

MARINGA, PREFEITURA MUNICIPAL DE. Educação física: 1º semestre. Secretaria da Educação. Diretoria de Ensino. Gerencia de Educação Infantil. Assessoria Pedagógica de Educação Física. Documento não publicado. 45p. 2015.

MARINGA, PREFEITURA MUNICIPAL DE. Educação física: 2º semestre. Secretaria da Educação. Diretoria de Ensino. Gerencia de Educação Infantil. Assessoria Pedagógica de Educação Física. Documento não publicado. 42p. 2015.

MARTINS, A. R.. **Diversidade sempre, desde a Educação Infantil**: **Valorizar diferentes raças e gêneros e pessoas com deficiência é trabalho para todo dia. Materiais adequados são um bom aliado nessa tarefa.** 2009. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/4-a-6-anos/diversidade-sempre-427144.shtml>. Acesso em: 01 dez. 2015.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Ática, 1994.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: 2 ed. Ed. Anita Garibaldi. 2014. 336 p.

NETTO, J. E. S. **Sobre Educação Física e Intervenção Antiracista:** Educação Social em Destaque: Pedagogia Social Como Teoria Geral, Afrocentricidade Enquanto Perspectiva Analítica e Orientação Política, e Esporte Educacional Enquanto Metodologia de Trabalho. 2012. Disponível em: <http://kilombagem.org/sobre-educacao-e-intervencao-antirracista/>. Acesso em: 12 dez. 2015.

OHIRA, M. L. B.; DAVOK, D. F. **Caminhos do TCC... Roteiro para elaboração de projeto de pesquisa.** Universidade do Estado de Santa Catarina. 2008.

PASSOS, F. J. **A urgência de um processo de desconstrução do racismo institucional: Uma proposta didático-pedagógica.** Revista da Faculdade Eça de Queiros, ano 1, nº 2, 2011. Disponível em: <http://www.faceq.edu.br/regs/downloads/numero02/aurgenciaProcessoDesconstrucao.pdf>. Acesso em: 15/07/2015.

RAMOS, P. **A violência contra jovens negros no Brasil**: Em 2010, morreram no País 49.932 pessoas vítimas de homicídio; 70,6% eram negras. Como mudar essa realidade?. 2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-violencia-contra-jovens-negros-no-brasil>. Acesso em: 15 ago. 2012.

RODRIGUES, A. C. L. **Racismo e educação física: a tergiversação do corpo saudável em prol da assepsia curricular euro-estadunidense.** 2010. Disponível em: <http://www.faceq.edu.br/regs/downloads/numero01/racismoeEducacaoFisica.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SANTOS, L. G. e PAULA, M. V. **Raízes: cultura africana e afro-brasileira na escola.** Revista Brasileira de Extensão e inovação, v. 1, nº. 1, 2013. Disponível em <http://www.revista.ueg.br/index.php/revistaextensao/article/view/2236>. Acesso em: 15/07/2015.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MARINGÁ. **Currículo para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Maringá** – 1ª edição – Maringá – Paraná – 2012.

SILVA, J. S. **Relações étnico-raciais na educação infantil: práticas educativas anti-racismo.** 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/29194/15268>. Acesso em: 05 dez. 2015.